

# ANJINHOS INOCENTES: A MORTE INFANTIL NO AMAZONAS ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

FÁBIO AUGUSTO DE CARVALHO PEDROSA <sup>1</sup>



## Resumo

As representações sobre a criança e a infância sofreram mudanças profundas no Ocidente. Passaram da indiferença medieval aos cuidados da modernidade burguesa. Essas mudanças tiveram como pano de fundo a questão da mortalidade. No período medieval as crianças morriam em grandes quantidades, sendo logo substituídas por outras, no período moderno e na contemporaneidade, os avanços tecnocientíficos, a valorização da individualidade, da constituição da família burguesa aumentou a expectativa de vida. A morte de uma criança passou de fato corriqueiro à tragédia. No Brasil oitocentista e até meados do século XX, existia um rico universo simbólico sobre a morte infantil. As crianças eram vistas como anjos que rogariam por seus familiares no outro mundo, o que amenizava (de certa forma) a perda física. No presente artigo busca-se apreender esse universo de crenças entorno da morte infantil no Amazonas. A partir da análise de diferentes fontes, documentos oficiais, publicações fúnebres em jornais e artefatos mortuários, foram apresentadas as concepções sobre a morte infantil no Amazonas, as permanências e rupturas de crenças e práticas entre os séculos XIX e XX.

**Palavras-chave:** Morte; Infância; Amazonas.

## Abstract

Representations of children and childhood have undergone profound changes in the West. They passed from medieval indifference to the care of bourgeois modernity. These changes had against the backdrop of mortality. If in the medieval period the children died in large quantities, and soon replaced by others, in the modern period and in the contemporaneity, the techno-scientific advances, the valorization of the individuality, of the constitution of the bourgeois family, increased the life expectancy. The death of a child has, in fact, passed by the tragedy. In nineteenth-century Brazil and until the mid-twentieth century, there was a rich symbolic universe about infant death. The children were seen as angels who would pray for their families in the other world, which softened the physical loss. In the present article we seek to apprehend this universe of beliefs surrounding infant death in Amazonas. From the analysis of different sources, official documents, funeral publications in newspapers and mortuary artifacts, the conceptions about infant death in Amazonas were presented, the permanences and ruptures of beliefs and practices between the nineteenth and twentieth centuries.

**Keywords:** Death; Childhood; Amazonas.

---

<sup>1</sup> Graduando em Licenciatura Plena em História na Universidade Federal do Amazonas. Autor do blog História Inteligente e Colunista de História do Jornal do Comercio de Manaus.



## Concepções sobre a infância e a morte infantil no Ocidente

As representações sobre a criança e a infância, no Ocidente, sofreram mudanças significativas desde a Idade Média. Seu principal estudioso e expoente, o historiador francês Philippe Ariès analisou essas transformações. No fim do período medieval, a criança era vista como um adulto em miniatura, que logo que tivesse se constituído fisicamente e dado seus primeiros passos, era incorporada à sociedade, aos trabalhos manuais. Concorria para isso a alta taxa de mortalidade infantil no período. A sensibilidade, quando da morte de crianças, praticamente não existia dada a quantidade de falecimentos. Nas palavras de Ariès, “[...] a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo”<sup>2</sup>.

No entanto, Ariès afirma que existia um sentimento, só que superficial, o qual ele denominou de ‘paparicação’. Em seus primeiros anos a criança era tratada como um pequeno animal, um ser engraçado que a todos divertia. “Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois uma outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato”<sup>3</sup>.

A própria definição de um termo para essa fase da vida era imprecisa entre os sábios medievais. Não se chegava a um consenso de classe, gênero e outros elementos. De acordo com os historiadores Carlos Eduardo Ströher e Cássia Simone Kremer, isso se dava porque “[...] a própria noção de tempo, para os medievais, não era relevante”<sup>4</sup>. A preocupação com a delimitação de fases da vida, principalmente a infância, é tardia.

A ruptura, ainda que gestada lentamente, representada pela Modernidade, entre os séculos XVI e XVIII, faz surgir um novo tipo de mentalidade em relação à criança. Nas cidades, impregnadas agora por valores burgueses, pela valorização da individualidade, da privacidade e da racionalidade, a criança começa a receber cuidados, tanto referentes à instrução como à manutenção de sua vida. Os adultos, as famílias,

<sup>2</sup>ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Flaksman. 2º ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, p. 50.

<sup>3</sup>Ibidem, p. 10.

<sup>4</sup>STRÖHER, Carlos Eduardo; KREMER, Cássia Simone. **A Infância na Idade Média (séc. XIV ao XVI): Discussões Pertinentes**. Unioeste. Revista Travessias: Pesquisas em Educação, Cultura, Linguagem e Arte. v.1, n. 1, 2007, p. 4.



percebem que elas possuem necessidades específicas. Começam a surgir os estágios da infância como conhecemos na contemporaneidade. Segundo a historiadora Beatriz de Moraes Salles Formigoni:

Novos comportamentos familiares se estabelecerão devido ao novo interesse sobre si mesmo e à decadência do compromisso da linhagem (característico da Idade Média). Busca-se preservar a saúde, a vida, a personalidade, pois “meu corpo é meu”, porém perpetua-se a vida pelo nascimento dos filhos. Daí nasce a preocupação dos pais sobre a criança em amá-la como ela é<sup>5</sup>.

É nesse período que surgem os primeiros manuais sobre como educar as crianças, destacando-se os trabalhos do teólogo e humanista holandês Erasmo de Roterdã (1466-1536), *De Pueris* (Dos Meninos) ou *De Civilitate Morum Puerilium* (A Civilidade Pueril). Erasmo via a educação como um meio de aperfeiçoar o ser humano, devendo ser incentivada desde tenra idade e jamais negligenciada, tanto no âmbito familiar quanto no escolar<sup>6</sup>.

O controle dos corpos, das atitudes, postos em prática pelo Estado e pela Igreja, principalmente pela administração da educação pública, sempre vigilantes a qualquer sinal de desvio, e os cuidados da nova família burguesa, vão surtindo efeito, mesmo que pelo controle, na sobrevivência daqueles que, pelo menos um ou dois séculos antes, morriam em grandes quantidades.

A partir da segunda metade do século XIX, com a intensificação da industrialização, o crescimento e urbanização das cidades, da corrida capitalista por áreas de exploração e consumo, surgem novas descobertas que melhoram a vida de parte da população, possibilitando, se comparado com períodos anteriores, um aumento na qualidade e expectativa de vida. A historiadora italiana Cláudia Pancino, em estudo sobre a criança e a morte na Idade Moderna, afirma que, graças a essas novas condições:

Na família, a criança passará a ser considerada pouco a pouco mais importante, o batismo será celebrado alguns dias após o nascimento. Será preciso ainda um século para que melhores condições comecem a tornar a morte de uma criança cada vez mais excepcional, e insuportável<sup>7</sup>.

<sup>5</sup>FORMIGONI, Beatriz de Moraes Salles. Da idade média a idade moderna: um panorama geral da história social e da educação da criança. **Temas em Educação e Saúde**, [S.l.], v. 6, mar. 2017. ISSN 2526-3471. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/9523/6313>>. Acesso em: 20 de abril de 2019. doi: <https://doi.org/10.26673/tes.v6i0.9523>.

<sup>6</sup>ROTerdã, Erasmo de. **De Pueris (Dos Meninos) e A Civilidade Pueril** Tradução de Luiz Feracine. São Paulo: Editora Escala, 2006.

<sup>7</sup>PANCINO, Cláudia; SILVERIA, Lygia. “Pequeno demais, pouco demais”. A criança e a morte na Idade Moderna. **Cad. hist. ciênc.**, São Paulo, v. 6, n. 1, Julh. 2010. Disponível em:



Permeia essas mudanças, o surgimento de sentimentos de afetividade em relação a criança, como pôde ser visto na morte. Tais transformações, no entanto, não ocorreram de forma unificada ao redor do mundo. No Brasil oitocentista, e até tardiamente no século XX, existia um rico universo de ritos fúnebres e atitudes diante da morte com origens no período colonial. Homens e mulheres de diferentes estratos sociais, mergulhados em um catolicismo popular que mesclava crenças ameríndias e africanas, cuidavam de seus mortos participando de todos os processos (preparação do corpo, escolha da roupa, velório e enterro) para que fosse feita uma passagem sem problemas para o outro mundo, ou para que a estadia no Purgatório resultasse na entrada no Paraíso. A morte de uma criança ainda não havia se transformado em uma tragédia como passara a ser encarada em meados do século XX.

A criança, no Brasil colonial, assim como ocorria na Europa, era vista como um pequeno adulto. As crianças escravas, órfãs, abandonadas e pobres logo adquiriam um ofício, atuando como trabalhadores compulsórios nos meios urbano e rural. Os filhos da elite recebiam uma educação erudita, pois dessa forma poderiam se apropriar de trabalhos burocráticos e aumentar o patrimônio familiar. Apesar dessa enorme diferença de realidades, ambas eram tratadas com indiferença. Se a vida se apresentava árdua, na morte essas crianças recebiam um melhor tratamento, sendo associadas e idealizadas como anjinhos.

De acordo com o historiador e sociólogo Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala* a crença de que as crianças batizadas que morriam tornavam-se anjos têm origem com os jesuítas no primeiro século da colonização. Diante da alta mortalidade infantil, principalmente entre indígenas, os padres jesuítas “[...] talvez para atenuar entre os índios o mau efeito do aumento da mortalidade infantil que se seguiu ao contato ou intercurso em condições disgênicas, entre as duas raças, tudo fizeram para enfeitar ou embelezar a morte da criança”<sup>8</sup>. É considerável o peso do catolicismo no surgimento dessa crença que teve uma longa sobrevida. Em 1825, o viajante francês Du Petit Thouars registrou o seguinte sobre o velório de uma criança em Santa Catarina:

[...] Vi, no fundo da sala, um estrado sobre o qual estava disposta no altar uma criancinha, cercada de lírios e vasos com flores; tinha o rosto descoberto e estava ricamente vestida, tendo na cabeça uma coroa de sempre-vivas e um ramo na mão”. Em volta do altar com o meninozinho morto, esteiras; e

---

<[http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-76342010000100010&lng=en&nrm=iso](http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-76342010000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 de abril de 2019.

<sup>8</sup>FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48<sup>o</sup> ed. São Paulo: Global, 2003, p. 203.



ajoelhadas sobre as esteiras, mulheres em trajes de festa, cantando. Depois houve até danças alegres<sup>9</sup>.

### Morte infantil no Amazonas nos séculos XIX e XX

Em 1869, o Capitão e Inspetor da Tesouraria da Fazenda Provincial José Justiniano Braule Pinto e sua esposa D. Carolina de Lemos Braule Pinto perderam a filha Carolina. A romaria até o cemitério público de Manaus, mesmo sob forte chuva, foi bastante concorrida, tendo sido acompanhada pela música dos alunos do Instituto dos Educandos Artífices. Os articulistas do jornal *Amazonas* publicaram uma nota de pesar, associando-se “á dôr funda que lhe punge o coração”, e lembravam o casal de que deveriam ficar resignados “pela gloria de levarem ao Throno do Eterno mais esse cherubim, que vai gozar no céo da bemaventurança ao lado de Deos”<sup>10</sup>. As crianças, incapazes de pecar e por isso puras, eram vistas como pequenos anjos que, ao morrer, eram logo incorporados ao reino divino. Não é de se estranhar, conforme assinala o historiador José Carlos Reis, que estudou o cotidiano da morte no Brasil oitocentista, que fosse comum “[...] considerar positivo que as famílias contassem com anjos familiares que as protegessem”<sup>11</sup>.

O historiador Luiz Lima Vailati, em estudo comparativo sobre as representações da morte infantil no Rio de Janeiro e na Inglaterra no século XIX, vai além ao buscar outras explicações para essa ideia de aceitação em torno da morte infantil, listando três elementos para a sua compreensão:

Em primeiro lugar, encontra-se o entendimento de que a morte infantil é um privilégio, pois ao morrer na condição de criança esta tem sua salvação garantida. Em segundo, aparece a convicção de que lamentar a morte de crianças é protestar contra a vontade de Deus que, como lembrou no texto sagrado, tem especial preferência na companhia destas. Por fim, há a ideia de que a criança morta é uma intercessora entre aqueles que a amaram aqui na terra e as potências celestes, significando assim um trunfo inestimável para a proteção dos familiares em vida e salvação destes na morte<sup>12</sup>.

Luís da Câmara Cascudo, historiador e folclorista identifica essa tradição, no Brasil como sendo de origem portuguesa, pois em terras lusitanas, além dos aspectos elencados por Vailati, a morte infantil era encarada até mesmo com festividades.

<sup>9</sup>FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 15<sup>o</sup> ed. São Paulo: Global, 2004, p. 178.

<sup>10</sup>Amazonas, 21/10/1869.

<sup>11</sup>REIS, José Carlos. “O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 113.

<sup>12</sup>VAILATI, Luiz Lima. **Representações da Morte Infantil durante o século XIX no Rio de Janeiro e na Inglaterra: Um esboço comparativo preliminar**. Revista de História, São Paulo, n<sup>o</sup> 167, p. 261-294, julho/dezembro 2012, p. 275.



Câmara Cascudo denominou essa tradição de “uma sim e indiferença conformada pela morte das crianças”<sup>13</sup>.

No município de Tauapessassu, em 1885, o inocente João da Matta, filho de Bruno da Costa Fonseca, após passar alguns dias doente, “voou ao céu cheio de alegria á abraçar outros anjos, que de braços abertos o encontrarão”, sendo “mais um anjo que irá ter com Deus rogar pela felicidade de seus pais cá na terra”. O autor desse informe fúnebre pediu “*bastante resignação com a vontade do Altíssimo*”<sup>14</sup>, o que nos lembra da passagem de Vailati, segundo a qual deveria ser respeitada a vontade divina. Esses aspectos também apareciam em ocasiões inusitadas, como em uma nota cômica publicada no jornal *Comércio do Amazonas* em 1900. A irmã de uma criança que tinha morrido perguntou da mãe para onde a tinham levado. A mãe explicou que ela tinha ido para o cemitério, pois tinha se tornado um anjinho de Deus. A criança, ainda com dúvidas, disse “então, mamãe, quando Deus precisa de anjinhos no céu encommenda ao doutor?”<sup>15</sup>.

A ideia de um reino divino formado por vários anjinhos é vista em outras publicações fúnebres como as que foram dedicadas à filha de José Justiniano e Carolina de Lemos e ao filho de Bruno da Costa, assemelhando-se a uma contabilidade espiritual. O comerciante James Baird, em 1885, “passou [...] pelo desgosto de perder um seu interessante filhinho”, que foi “[...] mais um anjo que sobe ás regiões celestes”<sup>16</sup>. Mais um, mais dois...Esses anjinhos diariamente iam para essas regiões celestes, sendo representados da forma como são imaginados os anjos, seres alados. Assim fizeram o inocente Elyseo que às 3:30 da madrugada de 09 de outubro de 1893, “voou à Mansão Celestial”<sup>17</sup>; e, anos antes, a pequena América, que em 1885 “passou á celestial mansão para entoar o harmonioso côro divino”<sup>18</sup>.

O historiador paranaense Juarez José Tuchinski dos Anjos, que estudou as representações da infância na imprensa periódica da Província do Paraná (1854-1889), afirma que na imprensa era comum o repertório de adjetivos que representavam as

<sup>13</sup>CASCUDO, Luís da Câmara. **Superstição no Brasil**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015, p. 27. Nesse livro Câmara Cascudo analisa diferentes superstições existentes na sociedade brasileira, dentre elas as que se referem aos mortos, ainda bastante fortes no interior das regiões Norte e Nordeste, onde o processo de completa ruptura com as práticas funerárias ainda não se concretizou.

<sup>14</sup>Jornal do Amazonas, 06/11/1885.

<sup>15</sup>Comércio do Amazonas, 25/11/1900.

<sup>16</sup>Jornal do Amazonas, 04/01/1885.

<sup>17</sup>Amazonas, 10/10/1893.

<sup>18</sup>A Província, 27/09/1885.



crianças como seres dóceis, inteligentes, amáveis e inocentes. Elas não eram inocentes apenas por terem morrido, explica Tuchinski:

[...] mas porque morreram na infância, antes de alcançar a vida adulta [...]. Era esse tempo da vida que lhes conferia em particular essa qualidade que as tornava prontas a desenvolverem todas as demais virtudes que, agora, por meio da redação do jornal, ornavam suas mimosas coroas fúnebres<sup>19</sup>.

Foi com adjetivos semelhantes a esses citados por Tuchinski que Carolina foi lembrada pelo jornal *Amazonas* em 1869, uma criança com um *angelico typo de espirito, meiguice e doçura*. Outra forma de expressão encontrada nos jornais eram os poemas, como o que foi dedicado ao pequeno Alcides, de Parintins, em 1890:

“Alcides querido.  
Criança mimosa.  
Perdida esperança  
De Mãe carinhosa.

Botão de açucena  
(No seio plantada  
De mãe extremosa  
De pranto orvalhada)

Que o vento da morte  
Tão cedo arrancou;  
Mas cujo perfume  
No ceo trescalou.

Lá entre os anjinhos  
No throno de Deus,  
Supplica ventura  
E paz para os teus”<sup>20</sup>.

Esse imaginário também está representado na cultura material, nesse caso nos artefatos funerários. Na quadra 04 do Cemitério São João Batista, onde estão enfileirados os túmulos do antigo Cemitério de São José (1856-1891), o túmulo das crianças Antonio Nery da Fonseca (1851-1861) e Lucrecia (1876-1876) é bastante significativo a esse respeito. Em seu epitáfio lê-se o seguinte:

Aqui jazem os frios restos dos dois innocentes. Antonio Nery da Fonseca, filho do Ten. Cel. João Evangelista Nery da Fonseca e de D. Maria Leopoldina Nery da Fonseca. Nascido a 30 de [...] de 1851. Fallecido a 9 de janeiro de 1861. E Lucrecia, nascida em 1 e fallecida a 22 de fevereiro de 1876. Filha do Cap. de Mar e Guerra Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso e de D. Maria Leopoldina de Mello Cardoso. Suas almas no céu oram a Deus por seus paes.

<sup>19</sup> ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. **Anjinhos e Diabinhos: Representações da Infância na Imprensa Periódica do Paraná Provincial (1854-1889)**. XIV Encontro Regional de História. Unespar, 2014, p. 1373.

<sup>20</sup> *Amazonas*, 23/09/1890.



No topo desse monumento funerário, as esculturas de dois pequenos anjos, sentados em nuvens, rogam aos céus por seus pais. Além disso, chamam a atenção os laços familiares. João Evangelista Nery da Fonseca era sogro de Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso, este casado com a filha de João, Maria Leopoldina de Mello Cardoso. Dessa forma, Lucrecia era neta de João Evangelista. Antonio Nery da Fonseca, filho de João Evangelista, era irmão de Maria Leopoldina de Mello Cardoso, cunhado de Nuno Alves Pereira e tio de Lucrecia.

**Imagem 01: Túmulo de Antonio Nery da Fonseca (1851-1861) e Lucrecia (1876).**



**Foto:** Fábio Augusto, 2019

Essas concepções acerca da morte infantil, características do Brasil no século XIX, chegaram ao século XX. É de Lábrea uma interessante publicação fúnebre sobre a morte de uma criança, com características (modelo, adjetivos etc.) de textos da segunda metade do século XIX:

Um anjo que evola  
 Envolvido em diaphanos véos de neve, subio ao empyreo a innocentinha – Almerinda – dilecta filha do Coronel Manoel C. Paiva e D. Almerinda A. Paiva. Bem sabemos que no coração de sua desolada mãe, abriu-se uma chaga de difficil cicatrização; seu pai, ferido com a perda sensível de um pedaço de sua alma chora no intimo, cujo reflexto se manifesta exteriormente em sua phisionomia abatida.  
 Nós que lhes dirigimos estas sentidas linhas, compartilhando dessa dôr, só temos palavras de conforto para os pais desse anjinho, que formando côro, entôa hymnos a Deus, ao tom de notas divinas proferidas por clarins seraphicos. Labrea, 26-05-09. José Tote<sup>21</sup>.

<sup>21</sup> Correio do Purus, 30/05/1909.





Os articulistas do jornal *O Javary*, de Benjamin Constant, em 1916, dedicaram o texto *Para o Zenith* a menina Cecília, filha de Candido Clóvis de França, gerente do periódico, morta em 22 de agosto daquele ano. A criança foi descrita da seguinte forma: “Cecilia era uma creancinha meiga, inteligente e bella, deixou, pois, o seu inopinado desaparecimento um vacuo irremediavel, uma saudade eterna”. Nesse texto são inexistentes quaisquer resquícios de uma possível compensação espiritual diante da morte da criança, pois no texto não existem tentativas de amenizar a partida de Cecília. No máximo:

os corações de seus queridos paes sentiram a lembrança suave e ao mesmo tempo triste da pequenina creatura que lhes era cara, a saudade mais pungente, a dor mais angustiosa porque o riso leve e silencioso da linda e graciosa pequenita era o raio de sol vivificador daquelle tecto feliz, o effluvio radioso que lhes illuminava a vida<sup>22</sup>.

A preparação do corpo da criança, assim como dos mortos em geral, para o velório e sepultamento, era uma preocupação constante, pois acreditava-se que a forma como seria enterrado seria a mesma em que se chegaria no outro mundo. “Essa concepção estava de tal modo enraizada, que muitos, ao elaborarem seus testamentos, procuravam informar qual seria sua última roupa”. As crianças não escreviam testamentos, mesmo assim não eram enterradas de qualquer forma. Predominava nas vestimentas fúnebres a cor branca, que segundo Vailati, além de simbolizar a cor a que eram associados os mártires nos primeiros tempos do Cristianismo (posteriormente substituída pela cor vermelha), também era o símbolo da alegria, “[...] da inocência e da pureza virginal”<sup>23</sup>.

Esses cuidados com o corpo da criança após a morte poderiam até mesmo virar caso de polícia. Os articulistas do jornal *O Pimpão*, em 1911, denunciaram um homem, em Manaus, por abandono de incapaz. Além de deixar a criança, uma menina de nome Nenê, abandonada, os repórteres desse jornal descobriram que “a innocente morreu pagã, sem registro civil e sem o embellezamento de anjo”<sup>24</sup>.

A mudança também fica evidente na arte funerária. Nos túmulos as crianças deixam de ser representadas como anjos que rogam a Deus por seus familiares. As

---

<sup>22</sup>O Javary, 29/08/1916.

<sup>23</sup> VAILATI, Luiz Lima. **As fotografias de anjos no Brasil do século XIX**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. v. 14. n. 2. 51-71. jul.-dez. 2006, p. 58-60.

<sup>24</sup> O Pimpão, 20/08/1911.



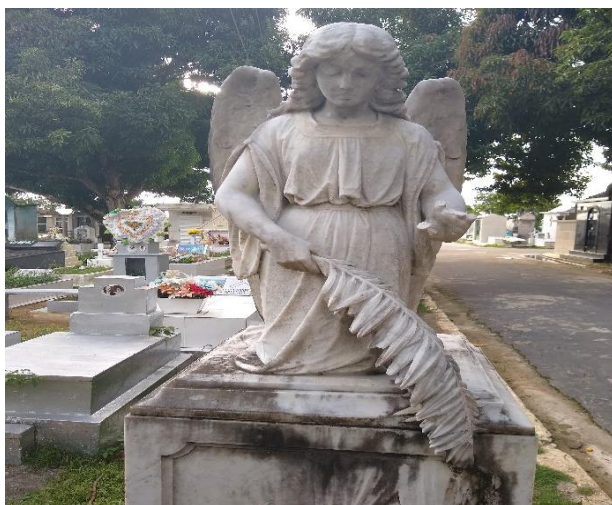
esculturas de anjos que as acompanham estão em posição de proteção, como se rogassem pela proteção das próprias crianças. A associação com a figura do anjo, no entanto, continua, como se fosse um resquício da crença antiga. É um exemplar interessante o túmulo de Cleomenes Borges, nascido em 8 de julho de 1912 e falecido em 9 de janeiro de 1913. A criança, entre cortinas abertas, é representada em alto-relevo em seu leito de morte. Ao seu lado, um criado-mudo sustenta um candelabro com uma vela que acabou de se apagar, simbolizando o fim daquela vida. Do topo do túmulo projeta-se um anjo adulto, segurando um ramo de palma sobre o relevo de Cleomenes Borges.

**Imagem 02: Parte inferior do túmulo de Cleomenes Borges (1912-1913).**



**Foto:** Fábio Augusto, 2019.

**Imagem 03: Parte superior do túmulo de Cleomenes Borges (1912-1913).**



**Foto:** Fábio Augusto, 2019.



No presente artigo busca-se apreender esse universo de crenças entorno da morte infantil no Amazonas. A partir da análise de diferentes fontes como documentos oficiais, publicações fúnebres em jornais e artefatos mortuários, foram apresentadas as concepções sobre a morte infantil no Amazonas, as permanências e rupturas de crenças e práticas entre os séculos XIX e XX.

### **Considerações Finais**

Portanto, as concepções e visões de mundo sobre a morte infantil no Amazonas sofreram profundas mudanças entre a segunda metade do século XIX e o século XX. A partir da leitura de fontes escritas, principalmente dos anúncios fúnebres, necrológios e outros tipos de homenagens publicados em jornais da capital e do interior, constatou-se que o sentimento ambíguo de perda física e compensação espiritual (anjos protetores da família), dentro da crença popular fortemente arraigada na população no século XIX, com origens no período colonial através do catolicismo popular, deu lugar à tragédia pela perda de um ente que não teve a oportunidade de atravessar todas as fases da vida, evidenciada nos anúncios cada vez mais resumidos e sem idealizações espirituais positivas e nas falas dos administradores públicos, que começaram a encarar o assunto como um problema a ser enfrentado dentro do contexto das transformações urbanas e avanços científicos que passaram a prolongar a expectativa de vida.

Isso também ficou evidente na análise dos artefatos mortuários infantis (túmulos e jazigos) existentes no antigo Cemitério de São José (1856-1891) e no Cemitério São João Batista (1891), cujas formas e inscrições acompanharam tal mudança. Deve-se pontuar, no entanto, que a associação com a figura do anjo permanece, pelo menos nas esculturas que representam as crianças falecidas como tal ou nas esculturas dos anjos que as protegem nos túmulos e jazigos, sendo um indício de como as mentalidades são resistentes às mudanças.

**Data de submissão:** 20/06/2019

**Data de aceite:** 07/11/2019



## Fontes

### Periódicos

Amazonas, 21/10/1869.  
Jornal do Amazonas, 06/11/1885.  
Comércio do Amazonas, 25/11/1900.  
Jornal do Amazonas, 04/01/1885.  
Amazonas, 10/10/1893.  
A Província, 27/09/1885.  
Amazonas, 23/09/1890.  
Correio do Purus, 30/05/1909.  
O Javary, 29/08/1916.  
O Pimpão, 20/08/1911.

### Documentos Oficiais

Estado do Amazonas. Mensagem lida perante o Congresso dos srs. Representantes por ocasião da Abertura da 2º Sessão ordinária da 4º Legislatura pelo Exm. Sr. Dr. Governador do Estado Silverio José Nery em 10 de julho de 1902.  
Estado do Amazonas. Mensagem do Governador Álvaro Botelho Maia á Assembléa Legislativa, na abertura da sessão ordinária, em 3 de Maio de 1936.

### Referências

- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução Dora Flaksman. 2º ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. **Anjinhos e Diabinhos: Representações da Infância na Imprensa Periódica do Paraná Provincial (1854-1889)**. XIV Encontro Regional de História. Unespar, 2014.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Superstição no Brasil**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.
- FORMIGONI, Beatriz de Moraes Salles. Da idade média a idade moderna: um panorama geral da história social e da educação da criança. **Temas em Educação e Saúde**, [S.l.], v. 6, mar. 2017. ISSN 2526-3471. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/9523/6313>>. Acesso em: 20 de abril de 2019. doi: <https://doi.org/10.26673/tes.v6i0.9523>.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48º ed. São Paulo: Global, 2003.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 15º ed. São Paulo: Global, 2004.



PANCINO, Claudia; SILVERIA, Lygia. “Pequeno demais, pouco demais”. A criança e a morte na Idade Moderna. **Cad. hist. ciênc.**, São Paulo, v. 6, n. 1, Julh. 2010. Disponível em: <[http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S180976342010000100010&lng=en&nrm=iso](http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180976342010000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 de abril de 2019.

ROTerdã, Erasmo de. **De Pueris (Dos Meninos) e A Civilidade Pueril**. Tradução de Luiz Feracine. São Paulo: Editora Escala, 2006.

REIS, José Carlos. “O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

STRÖHER, Carlos Eduardo; KREMER, Cássia Simone. **A Infância na Idade Média (séc. XIV ao XVI): Discussões Pertinentes**. Unioeste. Revista Travessias: Pesquisas em Educação, Cultura, Linguagem e Arte. v.1, n. 1, 2007, p. 4.

VAILATI, Luiz Lima. **Representações da Morte Infantil durante o século XIX no Rio de Janeiro e na Inglaterra: Um esboço comparativo preliminar**. Revista de História, São Paulo, nº 167, p. 261-294, julho/dezembro 2012, p. 275.

VAILATI, Luiz Lima. **As fotografias de anjos no Brasil do século XIX**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N° Sér. v. 14. n. 2. 51-71. jul.-dez. 2006.